

## **ANEXO 18**

### **CONDIÇÕES DE TRANSIÇÃO**

#### **CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE RODOANEL NORTE**

## ÍNDICE

1.	DO OBJETO DA TRANSIÇÃO .....	3
2.	DA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE VISTORIA .....	3
3.	DA CONFEÇÃO DO RELATÓRIO DE VISTORIA POR RELATOR .....	6
4.	RECEBIMENTO DO RELATÓRIO DE VISTORIA .....	7
5.	DAS CONSEQUÊNCIAS QUANTO À DELIBERAÇÃO DO RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO .....	8
6.	DAS OMISSÕES NO RELATÓRIO DE VISTORIA E DAS CORREÇÃO DAS FALHAS .....	9
7.	INVENTÁRIO .....	9

## **1. DO OBJETO DA TRANSIÇÃO**

- 1.1. O SISTEMA RODOVIÁRIO, conforme definição no ANEXO 02, será transferido à CONCESSIONÁRIA nos termos e condições estabelecidos neste ANEXO 18, por meio da emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.
- 1.2. O TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL deve ser assinado pelas PARTES no menor prazo possível contados da assinatura do CONTRATO.
- 1.3. O LOTE RODOANEL NORTE é constituído pela malha rodoviária concedida à CONCESSIONÁRIA, composta pelo SISTEMA RODOVIÁRIO, incluindo todos os seus elementos integrantes da FAIXA DE DOMÍNIO, além de acessos e alças, edificações, terrenos, pistas, acostamentos, obras de arte especiais, e demais investimentos a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA no âmbito do CONTRATO e quaisquer outros elementos, bem como por eventuais áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à CONCESSÃO.
- 1.4. Com a transferência do LOTE RODOANEL NORTE à CONCESSIONÁRIA, mediante a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, todo o escopo da CONCESSÃO previsto no subitem 2.1 supra deverá ser considerado pela CONCESSIONÁRIA no desempenho das atividades e cumprimento das obrigações relacionadas à exploração da CONCESSÃO.

## **2. DA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE VISTORIA**

- 2.1. Em 180 (cento e oitenta) dias a partir da data da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, a CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR aprovado nos termos deste ANEXO, deverá elaborar RELATÓRIO DE VISTORIA, com o seguinte conteúdo:
  - (i) Identificação de eventuais incompatibilidades entre o conteúdo dos ANEXOS, em especial o RELATÓRIO DO IPT e o RELATÓRIO FIPE, e a situação atual do SISTEMA RODOVIÁRIO;
  - (ii) Identificação de eventuais incompatibilidades entre os PROJETOS EXECUTIVOS, nos termos do ANEXO e o projeto efetivamente implantado;
  - (iii) Identificação de eventuais incompatibilidades entre o padrão técnico dos elementos implantados e das normas e legislações vigentes exigidas pela ARTESP;
  - (iv) Identificação de eventuais incompatibilidades entre o eventuais passivos e/ou irregularidades ambientais encontrados no SISTEMA RODOVIÁRIO e aqueles previstos no CONTRATO e nos ANEXOS como risco da CONCESSIONÁRIA;
  - (v) estimativa de eventual desequilíbrio econômico-financeiro a favor da CONCESSIONÁRIA, nos

termos do CONTRATO.

2.1.1. Havendo projeto “as built”, este servirá tão somente para facilitar a verificação das incompatibilidades entre os PROJETOS EXECUTIVOS e o projeto efetivamente implantado, de modo que as conclusões do RELATÓRIO DE VISTORIA prevalecerão sobre o projeto “as built”, na medida em que forem aprovados pela ARTESP.

2.1.1.1. Eventuais incompatibilidades entre os PROJETOS EXECUTIVOS e o projeto implantado somente deverão ser apontadas nos casos em que a solução efetivamente adotada: (i) não atenda às normativas/legislações vigentes; e/ou (ii) seja, comprovadamente, de qualidade inferior àquela prevista no projeto.

2.1.2. Embora o RELATÓRIO DE VISTORIA deva ser inteiramente concluído em 180 (cento e oitenta) dias da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA, a CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR, deverá entregar RELATÓRIOS PARCIAIS verificando os itens indicados na Tabela 1 abaixo no prazo de 5 (cinco) dias do termo dos prazos indicados na Tabela 1, sem prejuízo da identificação dos demais itens estabelecidos no item 2.1 no prazo de conclusão do RELATÓRIO DE VISTORIA.

2.1.3. Todos os relatórios deverão conter uma tabela resumo descrevendo e numerando todos os itens apontados. Esta tabela deverá conter, além da descrição e numeração do evento, informações básicas de localização (rodovia, pista, quilômetro, coordenadas geográficas) e todos os itens deverão ser classificados/separados por natureza do evento (meio-ambiente, pavimento, drenagem, condição geológica/geotécnica etc.).

2.1.4. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR, descumprir prazo intermediário de identificação de quaisquer itens técnicos listados na Tabela 1 acima, ou deixar de registrar item técnico no RELATÓRIO DE VISTORIA, o risco relativo às correções e tratamento do respectivo item deverá ser atribuído à CONCESSIONÁRIA, salvo nos casos de vício oculto.

**Tabela 1 – Prazos para identificação de irregularidades e entrega do Relatório de Vistoria**

ITEM	Parâmetros Técnicos da Matriz de Responsabilidade	Prazo para entrega do respectivo Relatório de Vistoria a partir do TTI		
		Fase 1 (30 dias)	Fase 2 (90 dias)	Fase 3 (180 dias)
a	Processos erosivos em taludes de corte e aterro.	X		
b	Estabilidade dos taludes em relação ao projeto e às normas técnicas vigentes.		X	

c	Condição do sistema de drenagem superficial.	X		
d	Condição do sistema de drenagem (exceto drenagem superficial).		X	
e	Assoreamento de sistema de drenagem e/ou drenagens naturais.	X		
f	Estabilidade de matacões e blocos rochosos (excetuando-se aqueles já previstos no Apêndice A.2 e EVTE)			X
g	Ausência ou insuficiência de cobertura vegetal na faixa de domínio.	X		
h	Presença de resíduos sólidos na faixa de domínio em decorrência das obras inacabadas de implantação do Rodoanel Norte.	X		
i	Presença de resíduos sólidos na faixa de domínio, provenientes de atividades de terceiros.	X		
j	Área de Preservação Permanente recuperada em decorrência das obras inacabadas de implantação do Rodoanel Norte.	X		
k	Investigações ambientais de áreas com potencial de contaminação em decorrência das obras inacabadas de implantação do Rodoanel Norte.		X	
l	Presença de invasões na faixa de domínio.	X		
m	Verificação das pendências de licenciamento ambiental da fase de implantação do Rodoanel Norte que serão de responsabilidade da Concessionária.			X
n	Verificação da existência/ condições das passagens de fauna	X		
o	Verificação da existência/ condições das barreiras de ruído .	X		
p	Verificação da situação de Autos de Infração e/ou outras Notificações decorrentes da fase de implantação do Rodoanel Norte.		X	
q	Condição do pavimento (problemas pontuais e índices IRI/QI e deflexão)		X	
r	Condição estrutural das OAEs		X	

### **3. DA CONFEÇÃO DO RELATÓRIO DE VISTORIA POR RELATOR**

- 3.1. O RELATÓRIO DE VISTORIA poderá ser elaborado por pessoa física ou jurídica externa às PARTES e ao PODER CONCEDENTE e seus entes vinculados, conforme os prazos e regramento previstos neste ANEXO.
- 3.2. O RELATOR e seus prepostos não poderão ter tido nenhum tipo de vínculo com a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nem delas ter percebido qualquer forma de remuneração, nos 12 (doze) meses precedentes à publicação do EDITAL, nem poderão ter nenhum tipo de vínculo com a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nem delas perceber qualquer forma de remuneração, nos 12 (doze) meses posteriores à entrega do RELATÓRIO DE VISTORIA.
- 3.3. O RELATOR será escolhido pela ARTESP entre um dos candidatos da lista tríplice proposta pela ADJUDICATÁRIA.
- 3.4. A proposição pela ADJUDICATÁRIA de lista tríplice é condição precedente à assinatura do CONTRATO, no termos da cláusula do EDITAL e a escolha do RELATOR pela ARTESP é condição precedente à assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.
- 3.5. A elaboração de lista tríplice deverá obedecer, cumulativamente, aos critérios de ampla reputação técnica no mercado e inexistência de proibições para contratar com a Administração Pública.
- 3.6. A ARTESP poderá solicitar, a seu critério e por uma vez, a elaboração de nova lista tríplice, em até 7 (sete) dias da sua solicitação à ADJUDICATÁRIA, caso em que a ADJUDICATÁRIA deverá indicar uma nova lista tríplice, substituindo todos os três candidatos a RELATOR.
- 3.7. Todos os custos e eventuais responsabilidades relacionados à contratação do RELATOR serão exclusivamente atribuídos à CONCESSIONÁRIA, não cabendo qualquer espécie de ônus à ARTESP ou ao PODER CONCEDENTE.
- 3.8. Selecionado o RELATOR pela ARTESP, este procederá, por si ou seus prepostos, às vistorias referentes ao recebimento do SISTEMA RODOVIÁRIO e elaborará o RELATÓRIO DE VISTORIA.
- 3.9. O RELATOR será o responsável técnico, para todos os fins de direito, pelas informações apresentadas no RELATÓRIO DE VISTORIA, respondendo pessoalmente pela equipe que venha a contratar para seus levantamentos.
- 3.10. Não serão vinculantes e presumidos corretos a existência do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO e o valor do desequilíbrio apresentados pelo RELATOR no RELATÓRIO DE VISTORIA por ele subscritos, cabendo à ARTESP avaliar e aprovar o EVENTO DE DESEQUILÍBRIO e o respectivo valor considerado

incontroverso para a recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, conforme item 5 abaixo.

#### **4. RECEBIMENTO DO RELATÓRIO DE VISTORIA**

4.1. Recebido o RELATÓRIO DE VISTORIA, a ARTESP o analisará e deliberará em até 180 (cento e oitenta) dias.

4.1.1. Dentro do prazo mencionado no item 4.1 acima, a ARTESP poderá solicitar esclarecimentos, complementações e ajustes ao RELATÓRIO DE VISTORIA.

4.1.2. A prorrogação do prazo de 180 (cento e oitenta) dias será possível se justificada, especialmente em caso de necessidade de realização de estudos e testes adicionais, e se de comum acordo entre as PARTES.

4.2. Caberá à ARTESP, na condição de Agência Reguladora:

(i) Instruir os processos administrativos para a análise fundamentada e posterior decisão do Conselho Diretor quanto ao teor do RELATÓRIO DE VISTORIA apresentados pela CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR, coletando, se necessário, junto ao PODER CONCEDENTE e seus entes vinculados informações quanto à execução dos investimentos por ele realizados;

(ii) Decidir quanto à adequação da estimativa referente a EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO indicados pela CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR;

(iii) Decidir quanto às consequências em relação à CONCESSIONÁRIA e ao PODER CONCEDENTE, conforme o caso, assegurado o direito ao contraditório da CONCESSIONÁRIA;

(iv) Havendo itens e irregularidades de risco do PODER CONCEDENTE apontados e aprovados pela ARTESP, notificar o PODER CONCEDENTE, para que exerça a prerrogativa de acionamento das garantias construtivas, e/ou reconheça o EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, para a consequente formalização de TERMO ADITIVO MODIFICATIVO; e

(v) Dar ciência ao PODER CONCEDENTE de eventuais divergências entre ARTESP e o conteúdo do RELATÓRIO DE VISTORIA, que não tenham sido superadas administrativamente com a CONCESSIONÁRIA, dando início a prazo de 20 (vinte) dias úteis para que as partes manifestem intenção de aplicação das Cláusulas de Solução de Controvérsias previstas em CONTRATO.

4.3. As incorreções ou falhas identificadas no RELATÓRIO DE VISTORIA constituirão EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO econômico-financeiro do CONTRATO, nos termos do item 5.1 e 5.1.2, desde que:

- (i) os passivos e/ou irregularidades ambientais não constem dos ANEXOS e tenham sido detectados dentro dos prazos previstos na Tabela 1;
- (ii) as incompatibilidades apontadas no RELATORIO DE VISTORIA entre os PROJETOS EXECUTIVOS e o projeto implantado, entre o RELATÓRIO IPT e o RELATÓRIO FIPE e a situação da obra, bem como entre o padrão dos elementos implantados e as normas e legislação vigentes, não estejam previstas como obrigações do CONTRATO contempladas no EVTE e demais ANEXOS.

## **5. DAS CONSEQUÊNCIAS QUANTO À DELIBERAÇÃO DO RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO**

5.1. A parcela validada do RELATÓRIO DE VISTORIA pela ARTESP constituirá EVENTO DE DESEQUILÍBRIO sujeito à RECOMPOSIÇÃO AUTOMÁTICA, nos termos do ANEXO 19, devendo a ARTESP enviar a NOTIFICAÇÃO DE REEQUILÍBRIO INCONTROVERSO, no prazo de 15 (quinze) dias, ao BANCO DEPOSITÁRIO.

5.1.1. Caso a ARTESP não emita a NOTIFICAÇÃO DE REEQUILÍBRIO INCONTROVERSO em até 15 (quinze) dias da validação parcial do RELATÓRIO DE VISTORIA, a CONCESSIONÁRIA poderá fazê-lo, sem prejuízo dos prazos previstos na cláusula 4.2, (iv) supra.

5.2. Caso a ARTESP não valide, integralmente ou em parte, o RELATÓRIO DE VISTORIA, a CONCESSIONÁRIA poderá utilizar os métodos amigáveis de resolução de conflito previstos no CONTRATO para discutir eventuais divergências quanto à existência, ou não, das falhas e incorreções apontada e seus efeitos no equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, inclusive a arbitragem, considerando o disposto no item 4.2, (v) supra.

5.2.1. Na hipótese prevista na cláusula 5.2, caberá CONCESSIONÁRIA o ônus de demonstrar os EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO, devendo para tanto subsidiar a ARTESP com os elementos exigidos pelas normas vigentes, bem como fotos, projetos, croquis, resultados de ensaios de controle de execução, relatórios de quantidades, orçamento de preço (teto de preço unitário será dado pela TPU DER/SP mais atual); contrato de prestação de serviços com quantidades e nota fiscal de prestação de serviços.



5.2.2. A decisão final da parcela controversa por decisão arbitral ou amigável ensejará o envio, no prazo de 15 (quinze dias) ao BANCO DEPOSITÁRIO de NOTIFICAÇÃO DE REEQUILÍBRIO INCONTROVERSO com o valor definido em decisão arbitral ou amigável para movimentação das CONTAS RESERVA.

5.2.3. Caso a ARTESP não envie NOTIFICAÇÃO DE REEQUILÍBRIO INCONTROVERSO no prazo de 15 (quinze) dias nos termos da Cláusula acima, a CONCESSIONÁRIA poderá enviar referida notificação ao BANCO DEPOSITÁRIO.

5.3. Caso o RELATÓRIO DE VISTORIA seja elaborado diretamente pela CONCESSIONÁRIA, os EVENTOS e valores de desequilíbrio controversos não serão retidos nas CONTAS RESERVA, sendo o eventual reconhecimento do desequilíbrio e sua recomposição efetuada nos termos do CONTRATO.

## **6. DAS OMISSÕES NO RELATÓRIO DE VISTORIA E DAS CORREÇÃO DAS FALHAS**

6.1 A CONCESSIONÁRIA concorda que as incorreções ou falhas não identificadas no RELATÓRIO DE VISTORIA deverão ser por ela corrigidas e não constituirão EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO econômico-financeiro do CONTRATO, excetos os casos de vício oculto.

6.2 As incorreções ou falhas identificadas no RELATÓRIO DE VISTORIA e aprovadas pela ARTESP, por decisão arbitral ou amigável, nos termos deste ANEXO, deverão ser corrigidas pela CONCESSIONÁRIA e constituirão EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO, nos termos do item 5.

6.2.1 A correção das incorreções ou falhas pela CONCESSIONÁRIA seguirão o processo relativo à aprovação de projetos e acompanhamento de obras previstos nos ANEXOS.

6.3 Nos casos de vício oculto identificados posteriormente à entrega do RELATORIO DE VISTORIA, a ARTESP poderá solicitar à CONCESSIONÁRIA a realização das devidas reparações, sem que isto implique qualquer alteração quanto ao disposto nas Cláusulas de riscos e obrigações da CONCESSIONÁRIA e PODER CONCEDENTE e eventuais configurações de EVENTOS DE DESEQUILÍBRIOS.

## **7. INVENTÁRIO**

7.1. O RELATÓRIO DE VISTORIA aprovado pela ARTESP na forma do item 5 e subitens deste ANEXO, além dos demais documentos produzidos pela CONCESSIONÁRIA e das eventuais decisões arbitrais, quando houver controvérsia sobre o conteúdo do RELATÓRIO DE VISTORIA, integram o INVENTÁRIO.

7.2. Após a conclusão das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, nos termos do ANEXO 07, a CONCESSIONÁRIA deverá elaborar TERMO DE ARROLAMENTO DEFINITIVO DOS BENS, que

também integrará o INVENTÁRIO dos BENS REVERSÍVEIS o qual deverá ser mantido atualizado pela CONCESSIONÁRIA durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, inclusive em termos tecnológicos e por meio de vídeo-registro georreferenciado, sob pena das penalidades cabíveis, nos termos do ANEXO 11.